

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO

CICLOS: ESTUDO MACRO E MICRO DA POLÍTICA

Andréa Tubbs (bolsa IC/UNIRIO); Andréa Rosana Fetzner (Orientadora EE/CCH/UNIRIO)

Escola de Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apoio Financeiro: FAPERJ; CNPq.

Palavras-chave: Organização escolar em ciclos; Redes de ensino municipais; Implementação dos ciclos.

INTRODUÇÃO

O subprojeto de pesquisa “Ciclos: um Estudo Macro e Micro da Política” contribui com a pesquisa investigativa da Professora Doutora Andréa Rosana Fetzner com o tema: Concepções de agrupamento escolar e currículo: estudo da organização escolar em ciclos nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Numa perspectiva macro, estamos realizando um levantamento junto às secretarias municipais de educação do estado do RJ e averiguando que redes se organizam em ciclos e como se estruturam com esse sistema. Segundo dados obtidos junto ao INEP, em 2012, foram identificados 85 municípios que se organizam em ciclos. Anteriormente haviam 48 redes estruturadas em sistemas não seriados. Observamos principalmente que, após a adesão feita pelos municípios ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, o número de redes de ensino que se organizam em ciclos, em parte do primeiro segmento do ensino fundamental, aumentou. O PNAIC é uma política pública do governo federal em parceria com estados e municípios na qual a proposta de ciclos de alfabetização vem sendo utilizada. Os estudos realizados na disciplina optativa “Ciclos na Educação Escolar” possibilitaram compreender as tipologias de ciclo: ciclos de alfabetização, de aprendizagem e de formação (FETZNER, 2007) que se fundamentam no tempo de duração e na finalidade do agrupamento em ciclos. No desenvolvimento da pesquisa, utilizando estudos documentais e questionários com professores que trabalham em redes de ensino que se organizam em ciclos, além do contato com as secretarias de ensino, temos identificado que a forma mais usual são os ciclos de alfabetização e as orientações curriculares se referem à estrutura curricular proposta pelo PNAIC. Observa-se assim que as concepções de ciclos são confusas e que ainda prevalece, entre eles, a lógica da organização seriada principalmente na escolha e orientação dos conteúdos a serem estudados e na condução das avaliações. Esse trabalho contribui também para a análise de documentos e propostas das secretarias de educação e dessa forma já foram coletadas 7 propostas curriculares: Caxias, Duas Barras, Macaé, Petrópolis, Queimados, Rio de Janeiro e São Gonçalo. Numa perspectiva micro, buscamos compreender de que forma os professores das redes municipais do estado do Rio de Janeiro que se organizam em ciclos, como eles compreendem essa organização, como acompanham o desenvolvimento dos seus alunos, se têm conhecimento de documentos, diretrizes ou normas que orientam o currículo de sua cidade, de que forma é organizado o conteúdo (se é por ano ou por ciclo), quais conteúdos são trabalhados, se são contemplados os conhecimentos regionais e se há participação da comunidade escolar mais notadamente dos pais na sugestão de conteúdos e conhecimentos. Buscamos saber também como se dá o acompanhamento da secretaria de educação no trabalho do professor. Esse levantamento é feito por meio de um questionário aplicado a alunas e alunos do LIPEAD – Licenciatura em Pedagogia do Ensino a Distância - na disciplina Seminários de Práticas Educativas IV que é coordenado pela profª Drª Andréa Fetzner. Os participantes desse seminário são graduandos de Pedagogia que atuam em suas cidades como professores em escolas cicladas. Preliminarmente, as respostas tabuladas nesse questionário apontam para o desconhecimento de um documento oficial da secretaria, do pouco entendimento do sistema ciclado. É comum, após os seminários, escutarmos depoimentos de perplexidade ao comparar o que foi ouvido ao que é praticado. Outros aspectos que esses questionários revelam são: a pouca convivência dos responsáveis no espaço escolar não havendo inclusive participação desses responsáveis na definição dos conteúdos tratados na escola e como são articuladas as concepções de homem, de mundo, temas de estudo desenvolvidos em sala de aula e se estes se relacionam ou dialogam com a cultura local. As leituras realizadas até o presente momento indicam que, no cenário educacional, a organização escolar em ciclos se apresenta como um desafio tanto na identificação de sua tipologia bem como nos processos de democratização da escola em seu conjunto.

OBJETIVO

Os objetivos deste estudo são:

- realizar um levantamento sobre os municípios do estado que trabalham com ciclos caracterizando as diferentes propostas quanto ao tempo de duração de cada ciclo e as concepções curriculares subjacentes;
- identificar formas de acompanhamento dos ciclos pelas mantenedoras (assessoria, supervisão, levantamentos quantitativos e/ou qualitativos);
- identificar, por meio de análise dos questionários aplicados aos estudantes do LIPEAD, disciplina Seminários de Práticas Educativas IV a concepção de ciclo presente na escola e de que forma a mesma é articulada junto aos responsáveis;

METODOLOGIA

Este estudo vem se baseando em pesquisas bibliográficas referentes à escolarização em ciclos e a escola cidadã. Além da coleta de dados nos municípios, feitas por meio de ligações telefônicas e e-mails, também realizamos visitas e entrevistas diretamente com os gestores das secretarias. Realizamos ainda a coleta de documentos curriculares de diferentes redes de ensino de municípios do estado do Rio de Janeiro que posteriormente serão analisadas. Outra fonte de pesquisa tem sido a participação em seminários que reúnem alunos do LIPEAD que também atuam como professores em suas escolas onde aplicamos questionário para levantamento de dados referentes à tipologia de ciclos, de como é a compreensão dessa organização,

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

o acompanhamento do desenvolvimento de seus alunos, o conhecimento de documentos, diretrizes ou normas que orientam o currículo de sua cidade, a forma de como é organizado o conteúdo (se é por ano ou por ciclo), se os conteúdos se referem aos conhecimentos regionais, se há participação dos pais e ou responsáveis na sugestão desses conteúdos e como se dá o acompanhamento da secretaria de educação no trabalho do professor.

RESULTADOS

Até o momento, com a análise dos dados do INEP, foram identificados 85 municípios com o sistema no estado e foram coletadas 7 propostas curriculares dos municípios de Caxias, Duas Barras, Macaé, Petrópolis, Queimados, Rio de Janeiro e São Gonçalo. Desses municípios estudados, observa-se que as concepções de ciclos são confusas e que ainda prevalece, entre eles, a lógica da organização seriada principalmente na escolha e orientação dos conteúdos a serem estudados e que o aumento de redes que se classificam como ciclos está diretamente ligado a adesão ao pacto nacional pela alfabetização. Investigando de que forma a concepção de ciclo é percebida e articulada junto aos participantes do seminário do LIPEAD, até o presente momento analisamos 40 questionários coletados.

CONCLUSÃO

As leituras indicam que uma escola que se organiza em ciclos opera na perspectiva de uma escola cidadã que, de acordo com Paulo Freire (1975), é aquela que viabiliza a cidadania de quem estuda nela ou nela está inserida. Na avaliação não cabem provas e exames periódicos como “momentos decisivos e definitivos de avaliação” (AZEVEDO, 2007), pois outros instrumentos são mais adequados para o acompanhamento dos processos contínuos de aprendizagem. Os questionários aplicados permitem perceber que, mesmo em escolas organizadas em ciclos, a avaliação é um tema que provoca inquietações e muitas vezes é um ato solitário. Uma professora de uma escola do município de São Gonçalo, quando perguntada de que forma acompanha os alunos, informa que “trabalha o tempo todo sozinha” e “realiza trabalhos individualizados, atendendo e considerando as diferenças do que o aluno é capaz” (questionário aplicado em janeiro de 2012). Essa mesma professora perguntada sobre a forma de avaliação adotada ela responde que “usa a observação diária, mas a escola usa prova” (idem). Nos questionários de 2013 inserimos algumas questões a mais. Uma delas quer saber se na rede onde o professor trabalha é possível reprovar o aluno nos ciclos. Em 21 respostas válidas (um não respondeu), 15 afirmaram que sim e somente 6 marcaram não. Nessas 15 respostas afirmativas, 5 revelam que a reprovação ocorre no 3º ano e 7 no final do 1º ciclo. Outra questão que incluímos refere-se a participação dos pais sugerindo conteúdos. Nos questionários coletados e analisados, somente uma resposta foi afirmativa. Em um ensaio de Krug (2007) sobre o tema *desserializar o ensino*, há uma indicação da importância da comunidade escolar participar do projeto da escola, com temas que podem ser inseridos no projeto. Para isso seria preciso “mudar o foco curricular dos conteúdos preestabelecidos para um movimento de diálogo entre a cultura da comunidade e os conhecimentos escolares [...]” (p. 93). Em entrevistas realizadas por telefone a três gestores da secretaria de educação de diferentes municípios foi possível estabelecer conexão direta da adesão de seu município com o pacto nacional de alfabetização. Um discurso recorrente nesses gestores é a ideia de garantia do direito de aprendizagem – os alunos devem aprender aquilo que precisam e o ciclo de alfabetização é muito bom porque não há retenção nos primeiros anos. O aluno só fica retido no final desse ciclo quando se verifica que ele não conquistou os conteúdos necessários para seguir em frente. E ao ser promovido, o aluno segue então para o 4º ano, se deslocando assim oficialmente da estrutura ciclada para a estrutura seriada. Outra curiosidade interessante observada no relato desses gestores é a forte relação com o PNAIC que promove inclusive encontros de formação. É importante destacar que ao aderir ao pacto nacional, os municípios se comprometem em alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa e Matemática e anualmente são realizadas “avaliações universais”, coordenadas pelo INEP, aos alunos do 3º ano. O discurso presente na voz dos gestores entrevistados de “garantia de aprendizagem” é igualmente empregado nos documentos que norteiam o pacto, assim como os exames externos comprovariam a garantia desse direito. Em seu texto *“Isolando o Direito de Aprender”*, Luiz Carlos de Freitas destaca o termo direito de aprender, que segundo ele, está na moda – e traz outro significado: “o direito de aprender ao qual corresponde o direito de ter um ensino decente”. E numa perspectiva emancipatória, Paulo Freire, ao discorrer sobre educação autêntica, nos faz pensar que a avaliação não é um ato pelo qual A avalia B, mas sim um processo pelo qual A e B avaliam juntos num processo dialógico. Enfim: discutir escola organizada em ciclos se impõe como um desafio permanente quando verificamos a presença de componentes curriculares que se materializam em forma de programas que reforçam um estado avaliador. Uma organização em ciclos não se restringe a superar ou mesmo resolver os desafios de uma alfabetização numa idade considerada como certa pelo PNAIC. Uma escola organizada em ciclos pressupõe uma organização curricular que contempla os estágios de desenvolvimento da criança até porque “esses estágios de desenvolvimento não se contém em períodos estanques delimitados pelo ano civil adotado pela serialização” (PARO, 2001). Uma escola ciclada exige mudanças estruturais na sua organização dos espaços e tempos escolares, e também “solicita muito mais do corpo docente, das famílias, da sociedade, com vistas a mobilizá-los para encontrar soluções em conjunto, para mediar estratégias, para repensar os valores, para gerar situações curriculares” (FERNANDES, 2007, p. 108).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, José Clovis. Ciclos de Formação: Uma Nova Escola é necessária e possível. In: KRUG, Andréa R.F. (org.) Ciclos em Revista. RJ: Wak, 2007, vol. 1, p. 13-30.
- FERNANDES, Claudia. Escola em Ciclos: uma escola inquieta - O papel da avaliação. In: KRUG, Andréa R.F. (org.) Ciclos em Revista. RJ: Wak, 2007, vol. 1, p. 95-109.
- FETZNER, Andréa Rosana. A Implementação dos Ciclos de Formação em Porto Alegre: para além de uma discussão do espaço-tempo escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 14, nº 40, jan/abril 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40a05.pdf>
- FREITAS, Luiz Carlos. Isolando o direito de Aprender em < <http://avaliacaoeducacional.com/2014/05/03/isolando-o-direito-de-aprender/> >. Acesso em 13 de maio de 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KRUG, Andréa R.F. Desserializar o ensino: qual currículo? Qual conhecimento? In: KRUG, Andréa R.F. (org.) Ciclos em Revista. RJ: Wak, 2007, vol. 1, p. 81-94.



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PARO, Vitor Henrique. REPROVAÇÃO ESCOLAR: RENÚNCIA À EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: XAMÃ, 2001.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, disponível em <http://pacto.mec.gov.br/index.php> - acesso em 13 e 14 de maio de 2014.